

## Associação Nacional de História – ANPUH

### XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

#### **Diálogos historiográficos e presença missionária no Maranhão e Grão-Pará: discursos e documentos**

Helidacy Maria Muniz Corrêa<sup>1</sup>

**Resumo:** A presença missionária no Maranhão Colonial foi marcada por constante tensão entre nativos, religiosos e representantes do poder local em virtude do violento processo de conversão, disputa pela terra e mão-de-obra. Essas lutas travadas desde o primeiro momento em que os capuchinhos franceses estiveram no Maranhão, em 1612, foram omitidas pelos cronistas em seus relatos e em seu lugar foram produzidas representações dos missionários como amigo dos índios, pacifistas, defensores das liberdades indígenas e civilizadores. Desmistificar parte desse discurso e trazer para o debate as contradições e tensões provocadas pela presença missionária no Maranhão Colonial é o objetivo deste estudo em andamento.

**Palavras-chave:** Missionários. Discursos. Maranhão.

**Abstract:** The missionary presence in Colonial Maranhão was characterized by constant tension amongst native peoples, religious men, and bureaucrats due to the violent process of religious conversion and struggles for land and labour-force. These struggles, carried out since the French 'capuchinhos' arrived at Maranhão in 1612, were omitted on the first documents over the missionary presence in Maranhão. Instead of that, it was produced an image of a pacifist missionary, friend of the natives, defender of native freedom and in favor of civilization. Breaking part of this discourse, still present in local historiography, and discuss the contradictions of the missionary presence in Colonial Maranhão is the aim of this still in process study.

**Keywords:** Missionary men, discourses, Maranhão

A presença missionária no projeto de expansão do império marítimo português foi decisiva para implementação e efetivação das políticas de dominação das possessões no Ultramar. Concomitante com a política expansionista imperial lusa, as missões no além-mar estabeleceram suas diretrizes na Ásia portuguesa (ao longo do litoral situado entre Moçambique e Macau), no litoral Ocidental da África e na América portuguesa, combinando métodos de persuasão e força, medidas discriminatórias e coercitivas (BOXER, 2002: 81- 83) na sua prática religioso-comercial.

---

<sup>1</sup> Aluna doutoranda do Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense (UFF).

“O papel de ponta-de-lança da igreja militante que tornou a luta pelas almas tão intensa e ampliada quanto a competição de especiarias (op.cit.: 81)” foi desempenhado, sobretudo, pelos missionários da Companhia de Jesus. O desejo de expansão da fé católica, estimulado pelo ambiente contra-reformista, e a promessa de um mundo celestial baseado no amor fraterno não se incompatibilizaram com a lógica mercantil expansionista portuguesa. O estabelecimento das políticas religioso-comerciais no Ultramar português promoveu um longo processo de integração entre mundos apartados ao mesmo tempo em que gerou um ambiente de permanentes tensões e intolerâncias nas possessões portuguesas.

Na América portuguesa, na porção norte do império, conhecida como Maranhão e Grão-Pará, o aparato religioso-político institucional também se configurou de maneira complexa pela própria natureza da região (isolada dos centros administrativos), pela presença de ordens religiosas divergentes (capuchinhos, inacianos, carmelitas, franciscanos, mercedários) e, ainda, pelos mecanismos burocratas instituídos nessa parte do império luso. Nesse complexo quadro duas condições igualavam os sujeitos dos Seiscentos no Maranhão e Grão-Pará: o isolamento dos centros e o permanente estado de tensão gerado pelas disputas em torno de interesses, em geral, relacionados ao comércio e à mão-de-obra.

Vencer as distâncias sempre foi meta para o homem moderno o que lhe demandou aprimoramento de sua capacidade inventiva na relação e interação com o Novo Mundo sem, contudo, abrir mão de sua dimensão valorativa. Manter-se próximo do Centro Administrativo nessas novas dimensões foi, portanto, o maior de todos os desafios àqueles que enfrentaram o deslocamento. No caso do Maranhão, as dificuldades naturais de acesso à Metrópole faziam da região o maior dos entraves aos benefícios que a proximidade entre centro e periferia poderia proporcionar aos homens que se destinavam a essas terras.

A geografia do Maranhão impunha ao colonizador português uma situação ambígua: o sentimento de proximidade e isolamento em relação ao Centro Administrativo. Em tese, as “comunicações com o Reino eram mais fáceis do que com a Bahia, sede do Governo Geral (CAVALCANTI, 1990:16)”, porém a navegação pelo litoral norte implicou conhecimento preciso da geografia, causando sucessivos naufrágios para aqueles que se aventuraram a ultrapassar o canal do Boqueirão<sup>2</sup> sem conhecê-lo.

O isolamento a que estava destinado o Maranhão e Grão-Pará, no século XVII, sugere a existência de uma “pluralidade de tipos de laços políticos (HEPANHA, 2001: 172)”

---

<sup>2</sup> A ilha de São Luís é banhada pelas baías de São José e São Marcos. Quatro grandes rios, Munim, itapecuru, Mearim e Pindaré desembocam no oceano, convergindo para a ilha. O Boqueirão forma-se de uma ponta de terra, a que chamam Bonfim, e da lha do Medo, a oeste da cidade de São Luís. Ver MARQUES, César A. Dicionário Histórico-Geográfico da Província do Maranhão. Rio: Fon-Fon e Seleta, 1970.

de modo a permitir um esvaziamento do poder central e um alargamento do poder local, promovendo, nos colonos, uma atitude de deslocamento em relação à zona central. O centro deixa de ser geográfico e passa à “ordem de símbolos, de valores e crenças que governam a sociedade (SHILS, 1970:53)”. O centro, nessas circunstâncias, deixou de se configurar exclusivamente como geográfico e a centralidade passou aos domínios das ações dos indivíduos. Com isso, os laços entre esses “mundos apartados” exigiram de ambos estratégias conduzidas de maneira a potencializar as relações entre centro e periferia.

As relações no Maranhão entre missionários e representantes do poder luso passavam pelo reconhecimento do eixo centro-periferia, mas, sobretudo, pela capacidade de manter-se próximo do corpo legal que lhes permitissem maior liberdade de ação. No Maranhão Seiscentista, missionários, membros do Senado da Câmara de São Luís, colonos proprietários de terras e comerciantes, na disputa pela primazia e privilégios dessa centralidade, estabeleceram com a coroa portuguesa uma rede de negociação em função da manutenção das benesses régias. Do ponto de vista da periferia significou a forma de minimizar a distância em relação ao poder central. Para o poder régio, a própria sobrevivência do poder nos domínios.

As presenças missionárias, no Maranhão, oficialmente inseridas no projeto expansionista, iniciaram com a tentativa de fundação de uma França Equinocial sob direção dos fidalgos franceses Daniel de la Touche e Francisco de Rasily, além dos Freis Claude d’Abbeville, Ivo d’Evreux, Arsênio de Pariz e Ambrósio de Amiens. A participação dos capuchinhos no projeto da França Equinocial esteve relacionada ao papel exercido pela religião no Ultramar: “a Religião como o meio mais eficaz para melhor influenciar os ânimos dos índios” (SILVA, 1922: 12), sendo “elles o melhor e mais poderoso elemento para conseguir a submissão dos índios (op.cit.: 14)”.

Como intermediários da Coroa francesa, a Ordem dos Capuchinhos no Maranhão aceitou a missão a qual foram destinados. Uma das primeiras preocupações dos conquistadores foi evitar conflitos que pudessem por em xeque a viabilidade do projeto. Para tanto, firmaram um compromisso, antes da partida, “reconhecendo que só pela disciplina, união e boa conduta entre os índios, poderemos alcançar tão louvável e generoso intento” (ABBEVILLE, 1974:27). Antes mesmo da partida os franceses assinaram um compromisso em Cancale estabelecendo que a posse da terra passaria pela “boa conduta entre os índios”, pelo “bom entendimento”, pela necessidade de “manter a paz e união”. Como agentes do projeto francês os capuchinhos não estiveram distantes desses preceitos: ao chegarem a terra também acharam “de bom alvitre mandar emissários à Ilha Grande do Maranhão a fim de

prevenir os índios da nossa chegada e perguntar-lhes se ainda tinham a mesma vontade de outrora de receber os franceses. Visava esse nosso gesto evitar ofendê-los e surpreendê-los (ABBEVILLE, 1975: 51)”.

Os “cuidados” de fidalgos, marinheiros, soldados e dos capuchinhos eram muito significativos para o tipo de política de dominação que pretendiam adotar no Maranhão: a cordialidade como instrumento de negociação e dominação. Essa atitude de negociação visava, sobretudo, a potencialização das relações entre franceses e nativos de modo a evitar conflitos que pudessem ameaçar o projeto francês, ao mesmo tempo em que ganhavam aliados importantes para a causa francesa. Inserir os capuchinhos no projeto francês nos trópicos foi uma estratégia para adquirir novos aliados, efetivar a política de dominação, utilizando a religião como meio de minimizar os conflitos e tensões.

O documento escrito por Claude d’Abbeville<sup>3</sup> como a maioria das crônicas de época “eram formas de manter redes em funcionamento, de incrementar laços” (RAMINELLI, 2007: 02), uma espécie de prestação de contas pelos serviços feitos à coroa e à Igreja francesa, uma proposta de integração de mundos diversos e, como tal, o padre cuidou de “não descrever as contrariedades sofridas” (ABBEVILLE, 1974:20) e de inventariar as potencialidades da terra e das gentes, omitindo tensões e irrupções causadas pela presença estrangeira. Obra bastante citada entre pesquisadores clássicos e contemporâneos da historiografia brasileira e maranhense, Abbeville produziu uma representação do francês colonizador amigo dos índios, fraterno. Esse discurso, ainda muito presente nos ensinamentos básicos maranhenses, contribuiu para dissipar uma visão mais problematizadora da participação francesa e do papel exercido pela religião no Ultramar português.

Outro importante documento de época sobre a presença missionária no Maranhão Seiscentista e que deixa ver as tensões desse período é a “Crônica dos Padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão”, redigida por João Felipe Bettendorf.

Dentre os discursos dos missionários jesuítas sobre Maranhão Colonial, o de João Felipe Bettendorf tem sido um dos mais citados e menos estudado pela historiografia. Entretanto, estudar sobre os sentidos e significados contidos nessa narrativa, olhar o Maranhão dos Seiscentos por intermédio desses relatos, exige uma reflexão acerca das relações que mantêm o discurso com as práticas sociais. Isto implica uma articulação entre as “descrições das percepções, das representações e das racionalidades dos atores e as interdependências com o mundo social” (CHARTIER, 2002:7-10) do qual são produtos.

---

<sup>3</sup> Refiro-me à obra História da Missão dos Padres Capuchinhos na Ilha do Maranhão e terras circunvizinhas.

Bettendorf fez duas advertências ao leitor no início de sua obra, denotando a consciência que tinha acerca da relação do discurso com o lugar e a prática social dos indivíduos. Inicialmente afirmou: “eu não me ingeri a escrevê-la por minha própria eleição, mas sujeitei-me a este trabalho, visto o Padre José Ferreira mostrar gosto nisto, por não haver já Missionários antigos que tenham as noticias necessárias...” (BETTENDORF, 1910:3). A obra foi resultado de uma missão designada por seus superiores — escrever a história da Companhia de Jesus no Maranhão. Mas que história escrever? Aquela que se praticava no plano social ou a que se idealizava no plano espiritual? O missionário percebeu as interdependências entre esses dois mundos:

(...) não haveis de estranhar que vou sempre ajuntando o governo espiritual com o temporal, porque sendo que os tivessem os Missionários ambos juntos acerca dos índios, ou os não tivessem juntos, mas um só que é o espirittual, comtudo andaram sempre e andarão tão annexos, que forçosamente os Missionarios se devem valer dos Governadores e Capitães Mores para effectuar na salvação das almas o que pretendem, alem do que por esta via melhor se conhecerá o que se obrou em qualquer tempo na missão (BETTENDORF, 1910:3).

Diante do olhar de Bettendorf, “ao mesmo tempo apaixonado e distante” (GINZBURG,2001:22–35), a perspectiva é pensar a influência do lugar social do padre na produção discursiva sem perder de vista a “forma de expressar a estranheza em relação a costumes contrários ao cristianismo” (RAMINELLI, 2001:237). Tal atitude de estranhamento dos europeus em relação aos hábitos, valores e costumes indígenas é representada sempre de modo a deslegitimar o nativo. Somente em raras circunstâncias o branco representa a si mesmo como o “desorientado” na relação com o nativo.

A conjuntura vivida pelo padre, no Estado do Maranhão e Grão-Pará, foi de conflitos entre religiosos, colonos e nativos, envolvendo questões de natureza político-econômico-religiosas e culturais. Conflitos que se expressaram em: disputas pela posse da mão-de-obra indígena, correlações de forças estabelecidas na Câmara de São Luís, tensões entre carmelitas, franciscanos mercedários e jesuítas, além das profundas alterações culturais provocadas pelas práticas evangelizadoras aos modos de vida dos nativos. Um exemplo dessas tensões foi a Revolta de Beckman, em 1684, em que Manoel Beckman se dirigiu ao padre Bettendorf nos seguintes termos:

Revedo padre Reitor, eu, Manoel Beckman, como procurador eleito por aquelle podo aqui presente, venho intimar a Vossa Reverencia e mais religiosos assistentes em o Maranhão, como justamente alterado pelas vexações que padece, por terem Vossas Paternidades o governo temporal dos índios das aldeias, que se tem resolvido a lançal-os fora, assim do espirittual como do temporal, e não por alguma falta ou mão exemplo de sua vida, que por esta parte não tem de que se queixar de Vossas Paternidades; portanto notifico a Vossa Paternidade e mais religiosos, por parte deste alterado povo, que se deixem estar recolhidos ao Collegio e não saiam para fora delle, para evitar alterações e mortes, que por aquella via se poderiam

ocasionar; e entretanto ponham Vossas Paternidades cobro em seus bens e fazendas, par deixal-as em mãos de seus procuradores que lhes forem dados, e estejam aparelhados para a todo tempo e hora se embarcarem para Pernambuco, em embarcações que para esse effeito lhes forem concedidas (BETTENDORF: 367)

A Revolta de Beckman, fruto do ápice da insatisfação generalizada da população maranhense no século XVII com a atuação econômica, a questão da mão-de-obra e a política da corte portuguesa, resultou no confisco dos bens jesuítas, na expulsão dos missionários e na revisão de alguns aspectos da política econômica na região. Até aquele momento, era a Companhia de Jesus quem colocava em evidência seu projeto econômico. Serafim Leite (1943: 318) assim se referiu à obra de Bettendorf: “a crônica de Bettendorff tem clara intenção econômica e social: produção, matas, rios, minas, pedras, preciosas, qualidade da terra, ares, habitalidade, medidas de higiene, salubridade(...)”.

Dado que a “Chronica” foi produzida com base num vivido, outra noção a considerar no estudo discursivo é a de prática. O termo “leva em consideração o ‘fazer história’ enquanto produção e a ação que ‘faz história’”. Da mesma forma que o discurso, hoje, não pode ser desligado de sua produção, tampouco o pode ser a práxis política, econômica ou religiosa” (CERTEAU, 2002:41).

A intenção de Bettendorf, em sua “Chronica”, foi fazer um relato da ação missionária jesuítica no Estado do Maranhão e Grão-Pará: “(...) sujeitei-me a este trabalho visto o Padre Bento de Oliveira, Subprior da missão daquelle tempo, e seu sucessor, o Padre José Ferreira mostrarem gosto nisso(...)”(1910: 3). É a última missão de sua vida. Entretanto, esse documento difere-se na forma como o autor estruturou a obra, dando um sentido histórico à Companhia de Jesus no Maranhão e esboçando a conjuntura da época ao mesmo tempo em que organizou os acontecimentos (origem do nome Maranhão, presença francesa, holandesa, a Companhia relacionada aos governos locais, as expulsões dos jesuítas do território, a negociação de Vieira na Corte Portuguesa, entre outros) num didatismo até então não encontrado nos escritos sobre história do Maranhão do século XVII. Mostrou ao leitor o quanto os jesuítas estiveram ligados às questões do mundo material, embora justificando o projeto espiritual. O próprio autor explicou o porquê de sua história não estar descolada de um sentido histórico, isto é, de sua dimensão temporal e espacial:

(...)não haveis de estranhar que vou sempre ajuntando o governo espiritual com o temporal, porque sendo que os tivessem os Missionários ambos juntos acerca dos índios, ou não tivessem juntos, mas um só que é o espiritual, comtudo andaram sempre e andarão tão annexos, que forçosamente os Missionários se devem valer dos Governadores e Capitães Mores, além do que por esta via melhor se conhecerá o que se obrou em qualquer tempo na missão (BETTENDORF:3).

A prática escriturária de Bettendorf interpõe ação missionária e política, remetendo-nos à noção de representação onde se “manifesta uma ausência, que supõe uma clara distinção entre o que representa e o que é representado, e a exibição de uma presença, a apresentação pública de uma coisa ou de uma pessoa” (CHARTIER, 2002: 74). Dito de outra forma, o relato é sempre uma representação discursiva resultante de um lugar social, carregado de intenções e ligado a uma ação institucional.

Nesse processo de organização da representação discursiva que transforma, deforma e forma sentidos, ao mesmo tempo em que os naturaliza dentro de uma lógica “inscrita em seus lugares de produção e em suas condições de possibilidade” (CHARTIER:77), Bettendorf elaborou representações segundo suas escolhas, como evidenciou sua fala na citação inicial “(...) sigo o que acho mais provável, quando não posso descobrir a verdade manifesta, o que acontece muitas vezes pelas fraquezas das memórias humanas(...)”(BETTENDORF:74).

Desse modo, os jesuítas constituíram-se em peças essenciais na montagem do processo colonizador maranhense pelo tipo de relação que estabeleceram com o Estado Português, pelo menos até enquanto os interesses entre ambos convergiram e pelas tensões que desencadearam na sua prática evangelizadora. Para viabilizar o projeto colonizador e missionário foi necessário atingir a essência das relações entre religiosos e nativos, ou seja, a dimensão cultural. Daí a importância do trabalho dos jesuítas nos aldeamentos, desestruturando hábitos e costumes milenares, de modo a “alterar a segurança do universo tradicional e desorientar os indígenas, no sentido literal da palavra” (SCHWARTZ, 1988: 49). Esse processo, profundamente traumático, ainda necessita de muitos estudos por parte dos especialistas.

### **Referências Bibliográficas**

ABBEVILLE, Claude d'. **História da Missão dos Padres Capuchinhos na Ilha do Maranhão e terras circunvizinhas**. São Paulo: Itatiaia, Ed. Da Universidade de São Paulo, 1975.

BETTENDORF, João Felipe. **Crônica da missão dos padres missionários da Companhia de Jesus em o Estado do Maranhão (1699)**. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro, 1910.

BOXER, Charles R. **O império marítimo português (1415 – 1825)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

CAVALCANTI FILHO, Sebastião Barbosa. **A Questão Jesuítica no Maranhão Colonial (1622 – 1759)**. São Luís, SIOGE, 1990.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. 2ª ed. Rio de Janeiro Forense Universitária, 2002.

CHARTIER, Roger. **À Beira da Falésia: a história entre certezas e inquietude**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRSG, 2002.

HESPANHA, Antonio Manuel. **As vésperas do Leviathan: instituições e poder político Portugal (séc. XVII)**. Coimbra: Livraria Almedina, 1994.

LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Lisboa: Livraria Portugalia, 1950.

RAMINELLI, Ronald. Império da fé: Ensaio sobre os portugueses no Congo, Brasil e Japão. In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. **O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI – XVIII)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

RAMINELLI, Ronald. **A escrita e a espada em busca da mercê**. (no prelo).

SHILS, Eduard. **Centro e Periferia**. Lisboa: Difel, 1970.

SILVA, Francisco de Paula. **Apontamentos para a História Eclesiástica do Maranhão**. Bahia: typographia de S. Francisco, 1922.

MARQUES, César A. **Dicionário Histórico-Geográfico da Província do Maranhão**. Rio: Fon-Fon e Seleta, 1970.